



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Ciências da Educação
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA



Eliciane Dutra

**CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS DAS PENITENCIÁRIAS
DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis, 2015.

ELICIANE DUTRA

**CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS DAS PENITENCIÁRIAS
DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Profa. Ana Cláudia Perpétuo de Oliveira da Silva.

Florianópolis, 2015.

Ficha Catalográfica elaborada por Eliciane Dutra

D978c Dutra, Eliciane, 1983 –

Condições de funcionamento das bibliotecas das penitenciárias da Grande Florianópolis / Eliciane Dutra. – Florianópolis, 2015.
48 f.: il.; 30cm.

Orientadora: Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) –
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da
Educação, Florianópolis, 2015.

1. Bibliotecas. 2. Prisões. 3. Segurança pública –Florianópolis (SC).
I. Título.

CDU 027.6

Esta obra é licenciada por uma licença Creative Commons de atribuição, de uso não comercial e de compartilhamento pela mesma licença 2.5



Você pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra;
- criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:


- Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original.
- Uso não-comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- Compartilhamento pela mesma licença. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, somente poderá distribuir a obra resultante com uma licença idêntica a esta.

ELICIANE DUTRA

**CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS DAS
PENITENCIÁRIAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Biblioteconomia, do Centro de Ciências
da Educação da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia, aprovado com nota
8,0.

Florianópolis, 22 de junho de 2015.


Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da Silva
Mestre - Universidade Federal de Santa Catarina
Professor Orientador


Clarice Fortkamp Caldin
Doutora - Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora


Daniella Camara Pizarro
Mestre - Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora

Dedico este trabalho a meus pais Geni e Osvaldo (*in memoriam*) por toda a dedicação em fazer com que me tornasse a pessoa que sou hoje e a meus irmãos pelo apoio e carinho de sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida e por me dar forças para tornar real este sonho.

Ao meu esposo Rafael Gomes por me incentivar da sua maneira ímpar.

A toda minha família, meus irmãos, que mesmo distante contribuiu para que eu nunca desistisse, fazendo com que eu acreditasse que quando se quer muito é possível fazer acontecer.

As minhas colegas de faculdade Jaqueline Santos Bernardo, Tâmil dos Santos Ferreira Silva e Juliana Salvador Alves, que estiveram comigo nestes quatro anos e me proporcionaram noites maravilhosas.

A minha orientadora Ana Cláudia Perpétuo de Oliveira da Silva por me escolher e fazer com quem eu me tornasse um pouco melhor a cada dia, porque sem ela este sonho não seria possível.

Aos colegas de trabalho pelas palavras de incentivo, em todas as vezes que o desespero me acompanhava.

Enfim, a todos aqueles que de certa forma acreditaram em mim e na minha força de vontade de tornar real este trabalho.

RESUMO

DUTRA, Eliciane. **Condições de funcionamento das bibliotecas das penitenciárias da Grande Florianópolis**. 2015. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

A pesquisa objetiva investigar as condições de funcionamento das bibliotecas das duas principais unidades prisionais da Grande Florianópolis a Penitenciária de Florianópolis e o Complexo Penitenciário do Estado (COPE) - São Pedro de Alcântara. Constitui uma pesquisa do tipo qualitativa, realizada a partir da aplicação de questionário e através da técnica de observação. Traz conceitos acerca da segurança pública em Santa Catarina, cidadania, direitos humanos e fundamentais, a biblioteca como promotora de cidadania e sobre bibliotecas em penitenciárias e a condição do recluso. Conclui traçando considerações acerca da constatação da ausência dos serviços bibliotecários nas duas Penitenciárias investigadas.

Palavras-chave: Bibliotecas. Prisões. Segurança pública – Florianópolis (SC).

ABSTRACT

Dutra, operating Eliciane. Condições libraries prisons of Florianópolis. 2015. 46f. Work Completion of course (Diploma in Librarianship) - Department of Information Sciences, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

The research aims to investigate the operating conditions of the libraries of the two main prisons of Florianópolis the Florianópolis Penitentiary and Prison Complex State (COPE) - São Pedro de Alcântara. It is a qualitative study, carried out from a questionnaire and by observing technique. Brings concepts about public safety in Santa Catarina, citizenship, human rights and fundamental rights, the library as a promoter of citizenship and on libraries in prisons and the prisoner's condition. Concludes tracing considerations about the finding of lack of library services in both Penitentiary investigated.

Keywords: Libraries. Prisons. Public Safety - Florianópolis (SC).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS.....	12
2.1 O estado de Santa Catarina e a cidade de Florianópolis: questões de segurança pública e unidades prisionais.....	12
2.1.1 Penitenciária Estadual de Florianópolis.....	14
2.1.2 Complexo Penitenciário do Estado (COPE).....	15
2.2 Cidadania, direitos humanos e direitos fundamentais.....	16
2.2.1Cidadania.....	16
2.2.2 Direitos humanos e direitos fundamentais.....	18
2.3 Bibliotecas como promotoras de cidadania.....	19
2.4 Bibliotecas em penitenciárias e a condição do recluso.....	20
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O CONSTRUCIONISMO SOCIAL.....	23
3.1 A construção social da realidade e a relevância da interação entre os indivíduos.....	23
3.2 Institucionalização e legitimação.....	24
3.2.1 Institucionalização.....	24
3.2.2 Legitimação.....	26
4METODOLOGIA.....	27
4.1 Técnica de observação.....	27
4.2 Questionário.....	28
5 RESULTADOS.....	29
5.1 Penitenciária de Florianópolis.....	29
5.2 ComplexoPenitenciário do Estado (COPE).....	30
5.3 Análise dos questionários.....	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	40
APÊNDICE B – IMAGENS.....	42
ANEXO A –PLANO DIRETOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	45

1 INTRODUÇÃO

Aos reclusos que cumprem pena em penitenciárias brasileiras é concedida uma remição de pena a partir da prática da leitura. A remição é um benefício que gera muitas polêmicas e envolve de certa forma, vários atores, seja da área jurídica, da área de educação e, também, bibliotecária.

Muito se contesta sobre esta determinação a partir da ideia, de que a leitura imposta a partir desta concessão não seria proveitosa. Entretanto, há também entre estudiosos a defesa de que o contato estabelecido a partir deste benefício representa, para muitos reclusos, um encontro determinante para o restabelecimento e reinserção na sociedade, já que a pena privativa de liberdade objetiva uma ressocialização. Embora este estudo não trate desta questão (a remição a partir da leitura), demonstra uma das relações entre as penitenciárias e as bibliotecas.

A Lei de Execução Penal, que foi criada com o objetivo de “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado, ”em seu conteúdo, demonstra uma das missões das bibliotecas em penitenciárias – conforme se pode observar no artigo 21, que determina que todo estabelecimento prisional será dotado de uma biblioteca para uso dos reclusos com acervo instrutivo, recreativo e didático (BRASIL, 1984).

Para dar conta destas vagas, o Estado de Santa Catarina conta com nove unidades prisionais, conforme consta no sítio do Departamento de Administração Prisional (DEAP). As principais unidades estão localizadas na Região da Grande Florianópolis. Tratam-se do Complexo Penitenciário do Estado (COPE), localizado em São Pedro de Alcântara com 1200¹reclusos e da Penitenciária de Florianópolis que atualmente abriga 930²reclusos. Neste estudo, os indivíduos que cumprem pena em penitenciárias serão denominados reclusos, termo utilizado na Lei de Execução Penal.

Atualmente as bibliotecas são contempladas nestes estabelecimentos? Quem atua nas bibliotecas destes, como são oferecidos os serviços, como é composto o acervo? São perguntas pertinentes já que, para além do aparato legal que

¹ Informação fornecida pelo chefe da segurança da Penitenciária de São Pedro de Alcântara.

² Informação fornecida pelo chefe da segurança da Penitenciária de Florianópolis.

recomenda a existência de bibliotecas, demonstra-se necessário observar estas questões quando se compreende a pena de prisão como medida ressocializadora. Afinal, não é para ressocializar a finalidade de toda prisão? Se ressocialização é socializar novamente, pode-se fazer uma reflexão no sentido de saber se os serviços oferecidos pelas bibliotecas podem contribuir neste processo e constituir um organismo de reinserção do ser humano na sociedade.

No caso de Santa Catarina, quais são as condições de funcionamento das bibliotecas? A partir deste problema de pesquisa estabeleceu-se como objetivo geral investigar as condições de funcionamento das bibliotecas das duas principais unidades prisionais da Grande Florianópolis. Para tanto, figuram como objetivos específicos:

- a) Verificar sua localização no estabelecimento;
- b) Resgatar informações sobre os gestores;
- c) Levantar os serviços oferecidos pelas bibliotecas aos reclusos;
- d) Verificar como é composto o acervo;
- e) Resgatar informações sobre a utilização dos serviços bibliotecários.

O interesse pessoal em trabalhar com o tema se deu porque o local de trabalho está situado próximo ao Penitenciária Estadual de Florianópolis e, passando por este estabelecimento repetidas vezes no deslocamento até a Universidade, refletia sobre como os reclusos utilizam seu tempo livre, quanto tempo dedicam à leitura, se os serviços oferecidos pela biblioteca são utilizados pelos mesmos e se a biblioteca consegue alcançar estes cidadãos.

Entende-se a proposta de estudo como relevante no contexto da Ciência da Informação, mais especificamente para os profissionais bibliotecários e estudantes de Biblioteconomia, pois a potencialidade dos serviços prestados por bibliotecas pode (e deve) ser discutida neste âmbito. Em pesquisa na base de dados BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigo de Periódicos em Ciência da Informação), ao colocar os descritores “biblioteca” e “presídio”, recupera-se somente um estudo sobre o tema, o que revela pouco interesse por parte dos pesquisadores no contexto dos estudos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. O que afasta os pesquisadores da área desta temática? Podem os bibliotecários contribuir no processo de construção social da realidade a partir da atuação nestes espaços ditos

de reeducação? Estas reflexões extrapolam o objetivo desta pesquisa, entretanto, são relevantes e podem constituir objeto de outros estudos.

Para esta pesquisa, atenta-se para as condições das bibliotecas das duas principais unidades prisionais da Grande Florianópolis e apresenta-se como fundamentos conceituais temas como a questão da segurança pública em Santa Catarina e em sua capital Florianópolis, o contexto da biblioteca como promotora da cidadania, as bibliotecas em unidades prisionais e a condição do recluso, questões como direitos humanos e fundamentais.

Como fundamentação teórica figura o construcionismo social dos autores Berger e Luckmann, com base na obra “A construção social da realidade”. Tal teoria se demonstra pertinente ao estudo porque parte do pressuposto de que a realidade é construída socialmente.

A pesquisa é do tipo qualitativa e teve como instrumento de coleta de dados o questionário e a observação dos locais visitados. Tanto o questionário, que foi entregue pessoalmente aos gestores, quanto a observação proveniente das visitas às penitenciárias estudadas proporcionaram um conhecimento a partir da vivência, o que se acredita, potencializou a possibilidade de reflexão nas considerações finais.

2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

Para fornecer embasamento conceitual ao estudo, serão abordados temas referentes aos aspectos relevantes do Estado de Santa Catarina, mais especificamente Florianópolis, principalmente os que se relacionam com a questão da segurança pública e suas unidades prisionais. Também serão destacados temas como cidadania, direitos humanos e direitos fundamentais. Em seguida, serão colocadas relações como a biblioteca como promotora da cidadania, bibliotecas em penitenciárias e a condição do recluso.

2.1 O estado de Santa Catarina e a cidade de Florianópolis: questões de segurança pública e penitenciárias

O termo Segurança Pública pode ser definido como uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizado com o intuito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência. Garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei, a prestação dos serviços de segurança pública inclui o policiamento ostensivo, a apuração de infrações penais e a guarda e recolhimento de presos. (GELINSKI NETO; CEZÁRIO, 2010).

Em termos de custos, o Brasil gastou em 2013, com segurança pública, prisões e unidades de medidas sócio educativas, cerca de 258 bilhões de reais. Este gasto é equivalente a 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. (ANUÁRIO, 2014, p. 6).

Com relação à Constituição Federal de 1988, consta o Art. 105, disposto da seguinte forma:

A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - Polícia Civil; II - Polícia Militar. Parágrafo único - A lei disciplinara a organização, a competência, o funcionamento e os efetivos dos órgãos responsáveis pela segurança pública do Estado, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades (BRASIL, 1988, p. 51).

O Art. 10 da Constituição Federal descreve que: “Compete ao Estado legislar, concorrentemente com a União, sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico” (BRASIL, 1988).

Menciona também no inciso III

O sistema penitenciário estadual garantira a dignidade e integridade física e moral dos presidiários, facultando-lhes assistencial espiritual e jurídica, aprendizado profissionalizante, trabalho produtivo e remunerado, bem como acesso aos dados relativos à execução das respectivas penas. (BRASIL, 1988).

Conforme os últimos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2014, o Estado de Santa Catarina possui uma população estimada de 6.727.148 habitantes, em uma área de 95.733,978 Km². Sua renda per capita nominal mensal por habitante é de R\$ 1.245, com um Produto Interno Bruto (PIB) de 152 milhões de reais. A capital, Florianópolis, possui uma população estimada de 461.524 habitantes, com um PIB de aproximadamente 29.122,65 reais (IBGE, 2014).

As políticas públicas de segurança possuem como foco “proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.” (SANTA CATARINA, 2012).

Em 2012, o Governo do Estado direcionou boa parte do orçamento para a segurança pública através do Pacto pela Segurança Pública, Justiça e Cidadania, para modernizar e ampliar o serviço no que se refere à segurança pública. Quanto desse montante foi direcionado para as penitenciárias? E para a manutenção das bibliotecas nestes espaços?

Apesar de todas as notícias sobre violência que são exibidas nos noticiários, Santa Catarina obteve no ano de 2013, redução da estatística sobre a criminalidade pelo terceiro ano consecutivo. No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, foram praticados 704 assassinatos contra 742 ocorrências atendidas em 2012, uma redução de 5,12% (SANTA CATARINA, 2014).

No caso dos crimes dolosos (os crimes em que se há intenção de matar), entre as cidades que registraram as maiores diferenças com redução de assassinatos, no comparativo entre 2012 e 2013, estão Camboriú, Criciúma, Jaraguá do Sul, Içara, Lages, Florianópolis, Palhoça, Campos Novos, Caçador e Penha (SANTA CATARINA, 2014).

Para o secretário de Segurança Pública, César Augusto Grubba, a redução no número de assassinatos é resultado de uma série de ações desenvolvidas na área da segurança pública ao longo deste ano. (SANTA CATARINA, 2014).

Conforme informa o Art. 144 da Constituição Federal (1988), “a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988).

Uma parte do Plano Diretor do Estado de Santa Catarina, do ano de 2010 (ver anexo A) que estabelece metas a serem cumpridas para o Estado, mostra como está o andamento das metas estipuladas pelos órgãos competentes quanto à biblioteca em ambientes prisionais e profissionais para atuar na área.

Das nove unidades prisionais do Estado de Santa Catarina, neste estudo são investigadas as condições das bibliotecas de duas delas: a da Penitenciária de Florianópolis e do Complexo Penitenciário do Estado (COPE), que serão descritos a seguir.

2.1.1 Penitenciária Estadual de Florianópolis

A Penitenciária Estadual de Florianópolis é um estabelecimento penal localizado no bairro Agrônômica, considerado no contexto imobiliário área “nobre” da cidade. Muito se discute sobre sua adequação ao local e sobre sua alocação em outro lugar. Pode-se dizer que todo esse assunto, em torno do local correto ou não para se ter um estabelecimento como esse, depende do modo de ver de cada cidadão.

No início, a Penitenciária de Florianópolis era conhecida como “Pedra Grande”, construída no ano de 1929 e sua inauguração foi no ano de 1930, sua capacidade inicialmente era de cinquenta reclusos. (DIAS, 2010). Conforme descreve Dias (2010, grifo nosso)

Com o passar dos anos viu-se a necessidade de ampliação do local, **construiu-se então na década de 40**, três novas galerias. Contendo neste local algumas dependências externas, como o alojamento para uma Companhia da Polícia Militar, que tem a incumbência de garantir a segurança externa do complexo. Além disso, **foram construídas** dependências para o almoxarifado, padaria e **biblioteca**

Para Missio (2014, p.27), “a criação da penitenciária também foi um marco na história penal catarinense, demonstrando o esforço do Estado em construir uma instituição que pudesse resgatar a dignidade da população carcerária”. A autora descreve ainda que, “após cinco anos do seu funcionamento, a Penitenciária de

Florianópolis já se encontrava totalmente lotada, pois foram levados para lá presos de todo Estado e mais ‘os indesejáveis’ que circulam pelo centro da cidade”.

Assim, a penitenciária acabou se tornando um depósito de seres humanos, perdendo seu objetivo que era a ressocialização das pessoas que ali se encontravam (MISSIO, 2014, p. 33).

Atualmente a Penitenciária de Florianópolis trata-se de uma instituição penal subordinada ao Departamento de Administração Prisional – DEAP e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania de Santa Catarina, localizada na Rua Delminda Silveira, 960, Bairro da Agrônômica, através do Decreto Lei nº 375 de 2010, pelo Município de Florianópolis através do SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural, órgão pertencente ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (MISSIO, 2014, p. 43).

Em setembro de 2010, conforme a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia houve uma ampliação da biblioteca da Penitenciária do Estado. Com a doação de mil livros por meio do projeto “Leitura para Todos”, a biblioteca do local aumentou a coleção para cerca de cinco mil obras, atendendo a mais de 700 presidiários. (ADJORISC, 2010).

A coordenadora da escola da penitenciária, na época, Rosana Volkmann, afirmou: "Os internos comentam que os livros os ajudam a ‘manter a mente aberta’. A leitura funciona como uma terapia ocupacional", conclui. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2010).

Com um breve comentário na publicação, a coordenadora da Sala de Leitura do Hospital Universitário (HU/UFSC), bibliotecária Eva Maria Seitz, “acredita que o acesso à leitura torna a pessoa mais responsável, além de contribuir para uma autoestima maior” (ADJORISC, 2010), afirmativas relevantes que devem ser consideradas no contexto em que se encontram os reclusos.

2.1.2 Complexo Penitenciário do Estado (COPE)

O Complexo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, COPE/SC, localizado na cidade de São Pedro de Alcântara, foi inaugurado em 2003, com estrutura de uma penitenciária de segurança máxima com capacidade para 1056 presos. (FACHIN, 2014, p.29).

Situado na Grande Florianópolis, cerca de 31 Km de distância da capital, este estabelecimento foi criado para ser uma penitenciária de segurança máxima e os

reclusos só poderiam cumprir pena em regime fechado. Diferente da Penitenciária de Florianópolis abriga somente presos do sexo masculino.

Segundo Trisotto (2005),

Como a construção desta penitenciária demorou praticamente dez anos, a proposta de sua execução não está de acordo com as diretrizes atuais do Depen (Departamento Penitenciário Nacional) que prevêem a construção de estabelecimentos prisionais com capacidade máxima de 500 reclusos, facilitando desta forma a administração do local e conseqüentemente a implantação de projetos de ressocialização.

A população que mora no município de São Pedro de Alcântara não se sentiu segura com a notícia de que seria construído um complexo penitenciário na região. Para algumas pessoas esta notícia causou certo “medo”, pois remete a pensamentos como rebelião, fuga, marginais, entre outros.

Conforme descreve Cezário (2009, p. 35) “a população temendo essa proximidade com criminosos, resistiu à construção, mas não conseguiu deter o governo representado pela Secretaria de Segurança Pública”.

2.2 Cidadania, direitos humanos e direitos fundamentais

Na relação da biblioteca com instituições como as penitenciárias, que mediante a pena de privação da liberdade, restringem direitos dos cidadãos, torna-se oportuno abordar o tema da cidadania, direitos humanos e direitos fundamentais.

2.2.1 Cidadania

Para Crocetti (2009, p.67), “a cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, a capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão. Na atuação de cada indivíduo, há uma esfera privada que diz respeito ao particular”.

Seguindo a linha de raciocínio da autora:

[...] só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaço, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. As pessoas tendem a pensar na cidadania apenas em termos os direitos a receber, negligenciando o fato de que elas próprias podem ser o agente da existência desses direitos acabam por relevar os direitos que lhes cabem omitindo-se no sentido de serem também, de alguma forma, parte do governo, ou seja, é preciso trabalhar para conquistar esses direitos (COVRE, 1991, p. 10).

Pinskye Pinsky (2013) destacam que o termo não tem uma definição estanque e, por ser um conceito histórico, seu sentido pode variar no tempo e no espaço. Entretanto, enfatizam que no sentido moderno, cidadania é um conceito derivado da Revolução Francesa (1789) para designar o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. (PINSKY; PINSKY, 2013, p. 43).

Covre (1991, p. 11) menciona que “os direitos civis dizem respeito basicamente ao direito de se dispor do próprio corpo, locomoção, segurança, etc”. Para alguns isto pode não significar uma novidade, entretanto, a autora dá ênfase ao período da ditadura militar no Brasil, ou como a mesma diz “anticidadania”, onde:

[...] a tortura e a eliminação daqueles que se opunham a forma de pensar eram dominantes [...] há muito a fazer antes de se poder dizer que esses direitos são respeitados. De qualquer forma, eles dependem da existência dos direitos políticos; este por sua vez depende da existência de regimes efetivamente democráticos (CROVE, 1991, p. 13).

Afinal o que é ser cidadão? “Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é em resumo ter direitos civis” (PINSKY; PINSKY, 2013, p. 1).

Os direitos sociais tratam das necessidades humanas básicas, conforme Covre (1991), “são todos aqueles que devem repor a força de trabalho, sustentando o corpo humano – alimentação, habitação, saúde, educação, etc”. Com relação aos direitos sociais, a autora complementa que:

dizem respeito, portanto, ao direito ao trabalho, a um salário decente e, por extensão, ao chamado salário social [...] é precisamente sobre esses direitos que os detentores do capital e do poder têm construído a sua concepção de cidadania. Com ela procuram administrar a classe trabalhadora, mantendo-a passiva, “receptora” desses direitos, que supostamente devem ser agilizados espontaneamente pelos capitalistas e pelos governantes. Se de um lado, isso pode ser um engodo, de outro pode vir a tornar-se realidade se os trabalhadores, cidadãos, subalternizados, reverterem o quadro e procurarem ocupar efetivamente os espaços acenados para os direitos (COVRE, 1991, p. 14).

Quanto ao nosso país, podemos dizer que todo habitante está protegido ou conhece os direitos sociais citados anteriormente?

Covre (1991) explica que os direitos políticos dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida, ao direito de ter livre expressão de pensamento e prática política, religiosa, etc. A autora ainda conclui que:

[...] dizem respeito a deliberações dos outros dois direitos, os civis e os sociais – esclarece quais são esses direitos e de que modo chegar a eles.

Em suma, esses três conjuntos de direitos, que comporiam os direitos do cidadão, não podem ser desvinculados, pois sua efetiva realização depende de sua relação recíproca. Esses direitos, por sua vez, são dependentes da co-relação de forças econômicas e políticas para se efetivar. Neste contexto essa é a difícil reflexão: os direitos de uns precisam condizer com os direitos dos outros, permitindo a todos o direito à vida no sentido pleno – traço básico da cidadania (COVRE, 1991, p. 15).

A descrição daquilo que os pais nos deixam é cronológica mas também acumulativa. Recebemos a vida ao nascer; em seguida a herança, na forma de nossa educação quando crianças, o que nos permite alcançar a liberdade individual e coletiva na vida adulta (PINSKY; PINSKY, 2013, p. 43).

2.2.2 Direitos humanos e direitos fundamentais

Os direitos humanos visam garantir a dignidade e a integridade da pessoa, especialmente frente ao Estado e suas estruturas de poder, e a cidadania assegura o equilíbrio entre os direitos e deveres do indivíduo em relação à sociedade e da sociedade em relação ao indivíduo. (SANTA CATARINA, 2014).

Todo cidadão têm direito à educação e:

A educação é também um dever da família e do Estado. Em muitas regiões do Brasil, as crianças trabalham para ajudar no sustento da casa e, por isso, não recebem incentivo familiar para se dedicarem à escola. Todas as crianças têm direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, que deve garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância. (BRASIL, 2009).

Para Silva Neto e Leite (2011, p. 48):

[...]é importante reconhecer os direitos humanos dos presos, como também sendo os direitos fundamentais do homem, tais como o direito à vida, à saúde e ao bem-estar. É importante compreender que esses direitos criam condições para que todos, até mesmo os presos, tenham um melhor exercício da cidadania através principalmente da aquisição de conhecimento e informação.

Os direitos humanos são fundamentados no resguardo da vida humana e na garantia da tutela de sua dignidade(SILVA; CASTRO, 2011, p. 13). Para Damázio (2010, p. 67), “os direitos do homem são direitos fundamentais e individuais, os quais deveriam ser respeitados, pois todo e qualquer ser humano torna-se portador de tais direitos independente de sua religião, credo, cor, raça, classe econômica ou social”.

Todo indivíduo leva consigo seus direitos assegurados por lei, primeiramente o direito de nascer, de crescer com segurança, ter uma educação digna, alimentação, acima de tudo o livre arbítrio. Sem direitos protegidos e reconhecidos não há democracia e sem democracia não há como solucionar problemas de forma pacífica. (GARCIA, 2006, p. 30).

2.3 Bibliotecas como promotoras de cidadania

As bibliotecas, ao longo dos séculos, têm sido o meio mais importante de conservar nosso saber coletivo. Foram e ainda são uma espécie de cérebro universal onde podemos reaver o que esquecemos e o que não sabemos. (ECO, 2003, p. 1 *apud* MEDEIROS, 2010, p.14)

Para Milanesi (2002, p.12) “o que define a condição de biblioteca é a existência de alguma forma de organização que permite encontrar o que se deseja, mesmo que só o proprietário, ou poucos, tenham êxito na busca”.

Podemos definir biblioteca como um espaço com grandes variedades de coleções bibliográficas, que atende a diferentes tipos de usuário.

Milanesi (1988, p. 15) afirma que:

[...] a ciência é cumulativa e a biblioteca tem a função de preservar a memória como se ela fosse o cérebro da humanidade, organizando a informação para que todo ser humano possa usufruí-la. Isso vai da biblioteca que se constrói para aqueles que se alfabetizam, até a biblioteca especializada para o homem de ciência.

A biblioteca é considerada um núcleo de informação, conforme explica Milanesi (1988, p. 49), “a biblioteca é um conjunto de discursos, é como se ela fosse milhares de aulas impressas”.

Medeiros (2006, p. 14), informa também que: “[...] a biblioteca, uma das mais antigas instituições do mundo, modificou-se ao longo de milênios, sem no entanto deixar de ser a guardiã da memória produzida pela humanidade.

A biblioteca como disseminadora da informação passa a ser, ou pelo menos deveria ser, uma parte importante na vida cotidiana de qualquer ser humano. É nela que está guardada toda a história da humanidade, histórias que ainda não conhecemos, um aprendizado enorme e, porque não dizer, um mistério escondido em cada página, esperando para ser desvendado.

Conforme descreve Jacob em seu livro “O poder das bibliotecas”:

A biblioteca é um lugar, uma instituição. É o cruzamento paradoxal de um projeto utópico (fazer coexistir num mesmo espaço todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita) com as restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons. É também, e simultaneamente, um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de interpretação. Enfim, é uma coleção de livros, o efeito resultante de sua justaposição e interação. (JACOB, 2006, p. 10).

As bibliotecas oferecem serviços como seleção, aquisição, catalogação, indexação, empréstimo, permuta, guarda, desbaste e descarte, sistema de cópia, entre outros.

As bibliotecas podem ser classificadas como Biblioteca Comunitária, Escolar, Universitária, Pública, Especializada, Infantil, o que vai determinar o tipo de biblioteca é a comunidade em que a mesma está inserida, exemplo são as Bibliotecas em penitenciárias.

2.4 Bibliotecas em penitenciárias e a condição do recluso

As bibliotecas em penitenciárias podem atuar como local de oportunidades para os reclusos, em sua recuperação e transformação para a vida social. Podem proporcionar aos reclusos um momento de descontração e uma espécie de “refúgio”, além de contribuir com acesso à informação, educação e melhoria de vida. Porém, nem todas as prisões possuem um espaço de leitura ou outros serviços de bibliotecas para os reclusos.

No Brasil ainda não é muito comum falar de informação e cidadania para pessoas reclusas e nem tampouco da existência de bibliotecas para ampará-las em atividades educacionais, culturais e sociais (SILVA NETO; LEITE, 2011, p. 48).

Conforme Trindade (2009), as bibliotecas instaladas em estabelecimentos prisionais exercem uma função social de grande importância no processo de ressocialização do preso, contribuindo para a efetividade de políticas de educação, reabilitação e utilização construtiva do tempo. Desta forma:

[...] a biblioteca prisional adquire relevância no espaço penitenciário, oferecendo aos presos informação útil, apresentando a oportunidade de aperfeiçoarem habilidades literárias, de atingirem os seus interesses culturais e de aprendizado, abrindo, com isso, uma janela para o mundo exterior (TRINDADE, 2009, p. 47).

Para Silva Netoe Leite (2011), a importância dessas bibliotecas nos ambientes prisionais pode se configurar, primeiramente, no âmbito da educação, pois é através da educação que o indivíduo consegue de fato mudar sua vida.

As pessoas que são detidas, independente do crime cometido são portadoras de direitos, embora perca muitos deles: direito à liberdade, ao voto... Entretanto, não perdem o direito de serem tratados como seres humanos.

A Constituição proíbe penas cruéis e assegura o respeito à integridade física e moral, contudo as atuais condições do sistema penitenciário brasileiro, na sua maioria, são precárias e não oferecem possibilidades de recuperação. Conforme consta na Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal Art. 21, em atendimento às condições sociais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Com o passar do tempo percebe-se um avanço significativo no sentido do reconhecimento da necessidade de bibliotecas dentro do sistema prisional [...] e dispor de um espaço para a instalação das mesmas (CABRAL, 2010, p. 19).

A leitura é importante. É tão importante que deveria ser implantada aos presos sempre, mas não com a intenção de fazê-los remir a pena ou de ter qualquer outro benefício. Isso acaba banalizando a leitura e fazendo com que muitos presos leiam somente para diminuir a pena e não pelo prazer da leitura e do aprendizado (NASCIMENTO, 2013).

A citação acima de Suélen Pereira Coutinho do Nascimento é parte do texto de seu artigo, publicado em abril de 2013. Neste ressalta que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através de sua Corregedoria-Geral de Justiça, anunciou ser possível conceder aos presos a remição de pena pela leitura.

O projeto remissão originou-se no Estado do Paraná, com a que foi criada com amparo no artigo 126, dispõe que “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi aberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.” (LEP - Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, Artigo 126).

A remição da pena pela leitura é um instituto penal favorável ao preso, permitindo que ele conquiste a sua liberdade de forma mais rápida do que cumprindo sua pena no tempo total em que foi condenado (BRASIL, 2013). Porém

[...] para que isso ocorra, as obras a serem lidas são previamente selecionadas por uma comissão de docentes, onde cada detento tem o prazo de 20 dias para a leitura do livro, escrevendo e reescrevendo ao final deste período um relatório (Ensino Fundamental) e resenha (Ensino Médio) a respeito da obra. As resenhas e os relatórios são orientados e avaliados

por uma equipe de docentes de Língua Portuguesa. Com o aumento de reclusos participando do Programa de Leitura nos estabelecimentos penais, o acervo bibliográfico precisa ser ampliado para a diversificação dos títulos existentes e, considerando o grande fluxo de rodízio dos livros, o desgaste dos mesmos. (VIEIRA; BIANCO, 2013).

Este é um assunto que normalmente não está entre as rodas de amigos ou em uma reunião familiar, tomamos consciência somente quando algum conhecido torna-se recluso ou quando algo acontece e repercute nas mídias eletrônicas, jornais, revistas.

No entanto, devemos levar em consideração que apesar do crime cometido contra a sociedade, os reclusos estão pagando sua pena já foram julgados e condenados. Isso não retira dos mesmos o direito a um novo começo, que possa levá-los à inserção na comunidade, e um modo de fazer é através da leitura, que pode ser um mecanismo de transformação dos homens.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O CONSTRUCIONISMO SOCIAL

A pesquisa fundamenta-se no construcionismo social, teoria no âmbito da sociologia do conhecimento, desenvolvida pelos autores Berger e Luckmann (2009) e tem por base a obra intitulada “A construção social da realidade”. Entre tantas questões que ocorrem na vida cotidiana, os autores enfatizam sobre como acontece essa construção da realidade, as relações na vida cotidiana e sobre como se institucionalizam e legitimam organismos no contexto social.

O construcionismo social irá conferir a visão de mundo de pesquisa que se insere este estudo, ou seja, a partir do ponto de vista de que instituições como penitenciárias são construídas coletivamente. Não é resultado de um indivíduo especificamente, mas de uma sociedade propriamente dita.

3.1 A construção social da realidade e a relevância da interação entre os indivíduos

ArayaUmaña (2002) destaca que a ideia de construção social da realidade foi trabalhada por autores como Durkheim, Schutz e por Berger e Luckmann - estes últimos entretanto foram os autores que mais desenvolveram o conceito.

Quando o indivíduo nasce, ele encontra um mundo dado, ou seja, a realidade da vida cotidiana se apresenta como realidade ordenada e objetivada. O indivíduo irá conferir sentido e significação a esta realidade a partir da interação social. “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente”(BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 35).

ArayaUmaña (2002) destaca, ainda, que o mundo da vida cotidiana se impõe para as pessoas, é o mundo estabelecido como realidade por excelência. Para melhor entendimento sobre “realidade” e “conhecimento” definem:

[...] realidade como uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos desejar que não existam), e definir conhecimento como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas. É neste sentido (declaradamente simplista) que estes termos têm importância tanto para o homem da rua quanto para o filósofo [...] (BERGER; LUCKMANN, 2009, p 11).

As pessoas aprendem que a vida cotidiana é como uma realidade ordenada, ou seja, as pessoas percebem a realidade como independente de sua própria apreensão, aparecendo diante deles objetivado como algo imposto a eles. (ARAYA UMAÑA, 2002, p. 13).

A realidade da vida cotidiana é um mundo compartilhado que pressupõe interação entre as pessoas. A interação entre os indivíduos é componente fundamental no contexto do construcionismo social. Berger e Luckmann (2009) mencionam que a mais importante experiência dos outros ocorre na situação de estar face a face com o outro, que é o caso prototípico da interação social. Todos os demais casos derivam deste.

No caso da situação do recluso, a interação com a situação destes indivíduos é mais efetiva quando se vivencia sua realidade. Berger e Luckmann (2009, p. 47) destacam que “todas as minhas expressões orientam-se na direção dele e vice-versa e esta contínua reciprocidade de atos expressivos é simultaneamente acessível a nós ambos.” Podemos então dizer que na situação face a face, a subjetividade do outro pode ser acessada.

3.2 Institucionalização e legitimação do conhecimento

Neste estudo os processos de institucionalização e legitimação, no contexto do construcionismo social, demonstram-se relevantes, pois auxiliam no entendimento da importância de organismos como a penitenciária em sua relação com os indivíduos que atuam nestes espaços (que são institucionalizados e legitimados).

3.2.1 Institucionalização

O homem não possui um habitat específico da espécie, ocupando assim uma posição diferenciada no reino animal, pois em relação a outros mamíferos a nossa organização instintiva é considerada subdesenvolvida. (BERGER; LUCKMANN, 2009). Biologicamente o organismo humano ainda está em desenvolvimento; conforme descrevem Berger e Luckmann (2009, p. 71):

Em outras palavras, o processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente [...] Isto é, o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas

também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que têm o seu cargo. Não apenas a sobrevivência da criança humana depende de certos dispositivos sociais, mas a direção de seu desenvolvimento orgânico é socialmente determinada.

Muitas coisas que fazemos tornam-se hábitos, apesar de não notarmos com frequência. Seja o simples de fato de acordarmos e sairmos de casa para o trabalho sempre no mesmo horário, de fazer nossas refeições, todos esses “momentos” sem querer tornam-se hábitos. Segundo os autores Berger e Luckmann (2009, p. 81), hábito pode ser novamente executado no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico e estes processos de formação de hábitos precedem toda institucionalização.

Os autores afirmam que “a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de autores” e complementam que “as instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. [...]. Na experiência real as instituições geralmente se manifestam em coletividades que contêm um número considerável de pessoas” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 81).

Neste sentido faz-se necessário destacar sobre a sedimentação e tradição mencionada pelos autores. Tudo o que vivemos, todas as experiências que temos ficam armazenadas no nosso subconsciente.

As que ficam guardadas tornam-se sedimentadas, isto é, são capazes de serem lembradas. Berger e Luckmann (2009, p. 96) afirmam que “se não houvesse esta sedimentação o indivíduo não poderia dar sentido à sua biografia”(2009, p. 95) e completam que “a sedimentação intersubjetiva também ocorre quando vários indivíduos participam de uma biografia comum, cujas experiências se incorporam em um acervo comum de conhecimento”.

É através do comportamento de cada cidadão que é definido seu papel perante a sociedade. As origens dos papéis encontram-se no mesmo processo fundamental de formação de hábitos e objetivação que as origens das instituições (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 103).

“Dito de modo muito formal, a extensão da institucionalização depende da generalidade das estruturas importantes” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 110). São geralmente compartilhadas tornando a esfera ampla, caso sejam pouco compartilhadas as esferas se tornam estreitas.

Os autores completam que: a institucionalização não é contudo, um processo irreversível, a despeito do fato das instituições, uma vez que formadas, terem a tendência a perdurar (BERGER; LUCKMANN, 2009).

3.2.2 Legitimação

As instituições criadas pelos indivíduos, incluindo as penitenciárias, são institucionalizadas e legitimadas socialmente.

O processo de legitimação não é necessário inicialmente na institucionalização, mas quando as objetivações da ordem institucional devem ser transmitidas a novas gerações e somente a memória e o hábito dos indivíduos não são suficientes para manter as instituições – é um processo de explicação e justificação (BERGER; LUCKMANN, 2009).

Mais detalhadamente, os autores destacam que através da legitimação se “explica” (conferindo validade cognoscitiva aos significados objetivados) e “justifica” (dando dignidade normativa a seus imperativos práticos) a ordem institucional – logo, a legitimação é constituída de um elemento cognoscitivo e normativo (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 128).

A legitimação possui diferentes níveis:

- o primeiro trata-se de legitimação incipiente, presente nas primeiras objetivações lingüísticas transmitidas, é um primeiro nível de legitimação, pré-teórico, sobre o qual todas as teorias subseqüentes irão interagir.
- o segundo nível dá conta de proposições teóricas rudimentares como provérbios, máximas morais, adágios de sabedoria, lendas, histórias populares...
- o terceiro nível é composto de teorias explícitas pelo qual um setor institucional é legitimado como um corpo com conhecimento diferenciado
- o quarto nível é constituído por universos simbólicos. Neste nível todos os setores da ordem institucional estão integrados, a cristalização destes universos simbólicos segue processos de objetivação, sedimentação e acumulação de conhecimento, ou seja, são produtos sociais que possuem história. (BERGER; LUCKMANN, 2009).

Em seguida será descrita a metodologia utilizada no estudo para coletar dados.

4METODOLOGIA

Esta pesquisa é exploratória e do tipo qualitativa. Flick (2009) explica que os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de encará-la como uma variável a interferir no processo.

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. (RUPP; BEUREN, 2003, p. 92). Para Rodrigues (2007, p. 5), “pesquisa qualitativa é descritiva onde as informações obtidas não podem ser quantificáveis e os dados obtidos são analisados indutivamente”. A pesquisa exploratória, conforme Rupp e Beuren (2003), normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática abordada. Completa que, por meio exploratório busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa. (RUPP e BEUREN, 2003).

Segundo Rodrigues (2007, p. 3), “a pesquisa exploratória tem como objetivo a caracterização inicial do problema, sua classificação e de sua definição. Constitui o primeiro estágio de toda pesquisa científica.

Para o desenvolvimento do trabalho serão utilizados dois instrumentos de coleta de dados: a técnica de observação e o questionário.

4.1 Técnica de observação

Flick (2009, p. 208) explica que “[...] essa forma de observação é uma abordagem do campo observado a partir de uma perspectiva externa”. Existem três fases da observação participante: descritiva, focalizada e seletiva, que é a escolhida para esta pesquisa, pois “ocorre já na fase da coleta de dados e concentram-se em encontrar mais indícios e exemplos para os tipos de práticas e processos descobertos na segunda etapa”. (FLICK, 2009, p. 208).

Para Lakatos e Marconi (1985), a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. No caso desta pesquisa algumas anotações relevantes foram realizadas no local, colocada em tópicos e após a visita eram redigidas na íntegra.

Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos e fenômenos que se desejam estudar, [...] a observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. (LAKATOS; MARCONI, 1985, p. 169).

Lakatos e Marconi(1985)informam que, do ponto de vista científico, a observação oferece uma série de vantagens e limitações, como as outras técnicas de pesquisa, havendo, por isso, necessidade de se aplicar mais de uma técnica ao mesmo tempo.

No caso deste estudo o outro instrumento metodológico é o questionário (ver Apêndice A).

4.2 Questionário

“O questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas, por escrito e sem a presença do entrevistador”. (LAKATOS e MARCONI 1985, p. 178)

Lakatos e Marconi (1985) explicam que o processo de elaboração é complexo e longo: exige cuidado na seleção das questões, levando em consideração a sua importância, isto é, se oferece condições para a obtenção de informações válidas.

O questionário deve conter perguntas abertas, também chamadas de livres ou não limitadas, e perguntas fechadas, também denominadas perguntas limitadas. Deve ser limitado em extensão e em finalidade. Se for muito longo, causa fadiga e desinteresse; se curto demais, corre o risco de não oferecer suficientes informações. (LAKATOS; MARCONI, 1985, p. 179).

O questionário do estudo foi composto pensando em atender aos objetivos, contemplou perguntas relativas aos reclusos, utilização do espaço, ao acervo (qual a forma de aquisição, tratamento, entre outros) e quem são os responsáveis pelo local.

5 RESULTADOS

Os resultados descritos abaixo são resultantes das observações e visitas realizadas nos locais investigados e, principalmente, dos questionários que foram disponibilizados aos responsáveis pelas bibliotecas da Penitenciária de Florianópolis e do Complexo Penitenciário do Estado (COPE).

5.1 Penitenciária de Florianópolis

A primeira visita ao local foi realizada no dia 06 de maio de 2015, acompanhada pela coordenadora da escola da penitenciária, também responsável pela biblioteca, com a intenção de verificar sua localização no estabelecimento, levantar os serviços oferecidos pela biblioteca, averiguar como é composto o acervo e aplicar o questionário.

Foi possível perceber que o espaço tem aproximadamente 16m², o acervo é composto por vários tipos de obras (livros didáticos, , porém o número não foi informado. Algumas obras parecem ter sido catalogadas, pois consta o número na etiqueta localizada na lombada do livro. Todos os livros foram adquiridos por meio de doações, feitas pela Universidade Federal de Santa Catarina, pela Universidade do Estado de Santa Catarina, através das famílias dos reclusos quando vão visitá-los e dos próprios agentes da penitenciária. O material didático que é utilizado em sala de aula também fica armazenado na biblioteca e é fornecido pela Secretaria da Educação.

Aproximadamente um ano atrás, uma vez por semana, os responsáveis pelo local escolhiam uma obra e levavam até a cela. Todos os reclusos ficavam com o livro por quinze dias e, após este prazo, o livro era recolhido e devolvido para a biblioteca. Atualmente os reclusos não possuem acesso aos serviços da biblioteca. Fatos como livros com páginas arrancadas, sendo utilizados como “esconderijo” para troca de informações entre eles (reclusos) e outros problemas trouxeram como consequência o cancelamento deste serviço pelo diretor da penitenciária.

Quando o serviço era oferecido, as professoras realizavam um controle da retirada dos livros pelos reclusos, anotando em um caderno o nome, a cela, o pavilhão e a data da retirada. Este caderno não pode ser mostrado, pois segundo informações recolhidas no momento da visita, o mesmo foi perdido.

Atualmente, uma das três professoras explicou que enquanto estão na sala de aula os reclusos tem acesso aos livros, porém quando a aula acaba, são devolvidos para a ela, que os coloca novamente nas estantes.

O questionário foi aplicado aos que utilizam o espaço ou para organizar ou para lecionar (três no total), pois no local não há um profissional da área de biblioteconomia.

Com relação ao projeto de remição da pena pela leitura, a coordenadora da escola explicou que não tem um prazo certo para ser implantado no estabelecimento. Para que isso ocorra será preciso contratar novos professores para o núcleo de avaliação de cada resenha e resumo (resenha para os que possuem segundo grau e resumo para os que possuem somente o ensino fundamental) e aplicação de questionário para os reclusos ao final de cada obra lida. As resenhas e resumos são colocados em arquivos e ao final de doze livros lidos, serão avaliados para verificar se o detento terá o benefício da redução da pena ou não.

5.2 Complexo Penitenciário do Estado (COPE)

A visita ocorreu no dia 12 de maio de 2015 após a autorização da chefia de segurança do Complexo. Chegando ao estabelecimento, foi conversado com o chefe da segurança sobre a biblioteca instalada no complexo, porém o mesmo informou que a biblioteca está desativada há aproximadamente um ano e os livros estão em caixas guardados no setor de Parlatório³. O relato de um recluso que cuidava da biblioteca revelou a estimativa de acervo correspondente a cerca de oito estantes com cinco prateleiras cada. A sala onde funcionava a biblioteca atualmente está vazia.

Os responsáveis pelo trabalho na biblioteca eram os próprios reclusos, quando a mesma ainda estava funcionando. O acesso à biblioteca era restrito aos que lá trabalhavam os chamados “regalia” e os funcionários da cozinha. O livro só poderia sair da biblioteca após o detento ser avaliado por uma psicóloga e a mesma o liberar para receber um livro. Era somente um livro por cela.

³Parlatório— É um espaço resultante da parceria da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e DEAP (Departamento de Administração Prisional) reservado para que os advogados conversem e consequentemente atendam seus clientes sem expor a situação. (SIEGA, 2014).

Atualmente, o acesso ao livro por parte dos reclusos só é possível quando os parentes trazem e, mesmo assim, a segurança precisa fazer uma inspeção do mesmo.

O chefe da segurança informou que existe um projeto para reativação dos serviços da biblioteca, para que benefícios como a redução da pena pela leitura possam ser otimizados. Com relação ao projeto de remição pela leitura, não existe uma data específica para que isso ocorra e está condicionado à contratação de um coordenador pedagogo, um graduado em Letras Português e um bibliotecário. Depende da aprovação do governo do Estado e Secretaria da Educação para a liberação da verba.

5.3 Análise dos questionários

O questionário foi aplicado aos responsáveis pela biblioteca, no total de quatro respondentes (três da Penitenciária de Florianópolis e um do Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara). Em nenhum dos dois locais pesquisados os responsáveis eram profissionais da área de biblioteconomia.

Os respondentes são todos concursados e com formação acadêmica em Educação Artística, Letras Plena, Matemática e Gestão Pública. Verifica-se que dois são do sexo masculino e dois do sexo feminino, todos trabalham de três a cinco anos nos locais pesquisados. Nenhum deles teve experiência anterior no trabalho com bibliotecas.

Por não atuarem diretamente na biblioteca, dois dos respondentes da Penitenciária de Florianópolis e o respondente do Complexo de São Pedro de Alcântara não opinaram sobre as atividades que mais ocupam o tempo na biblioteca e, portanto, não descrevem as atividades que julgam mais importantes em sua função.

Dentre eles, somente um (Penitenciária de Florianópolis) respondeu que as atividades que mais ocupam tempo na biblioteca são: aulas, avaliações e trabalhos e descreve que as atividades que julgam mais importantes em sua função são proporcionar o direito ao conhecimento e educação e a socialização e interação entre os reclusos.

As questões referentes aos serviços que a biblioteca oferece aos reclusos, foram respondidas somente pelos profissionais da Penitenciária de Florianópolis. Explicaram que atualmente nenhum serviço é oferecido aos reclusos, é proibido levar livros e materiais para as celas.

A principal via de aquisição de obras nas duas unidades prisionais é proveniente de doação, embora alguns mencionem sobre eventuais compras de acervo bibliográfico.

Com relação à Penitenciária de Florianópolis e os serviços mais utilizados pelos reclusos, destacam-se o empréstimo de livros para estudar para o vestibular, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos(ENCCEJA) e leitura de livros de literatura, legislação civil e jurídica. Comprovou-se que no caso desta Penitenciária, os reclusos só têm acesso à biblioteca com autorização da segurança. Não foi possível determinar a frequência de uso do acervo, pois não existem registro, nem profissional responsável por esta atividade. Normalmente o que ocorre é que os professores que ministram as aulas levam os livros aos alunos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa foi possível abordar uma questão que não é tão discutida habitualmente, a relação entre bibliotecas e penitenciárias. No caso deste estudo, mais especificamente, ocupou-se em observar as condições de funcionamento das bibliotecas de dois principais penitenciárias da Grande Florianópolis.

Bibliotecas em ambientes prisionais têm sua particularidade, desde o acesso, a forma como é composto o acervo e principalmente, a singularidade da condição do seu usuário.

Através desta pesquisa pode-se compreender e constatar que nos dois estabelecimentos prisionais não figuram serviços de biblioteca (apesar de ser obrigatório e ter o respaldo da lei). No caso do Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara, nem mesmo o espaço com o acervo é possível visualizar, está desativado e sem data para “reabertura”.

O estudante de biblioteconomia, o bibliotecário em formação, aprende que precisa ter capacidade de adaptação para trabalhar em diferentes ambientes, lidar com pessoas diferentes, ser comunicativo, entre outros requisitos. Um ambiente como uma biblioteca prisional exige na atuação profissional de um bibliotecário que o mesmo tenha equilíbrio emocional, uma postura dinâmica, certa sensibilidade, afinal, precisa lidar com pessoas em uma condição especial que, apesar de cumprir pena por atitudes que a lei entendeu serem prejudiciais à sociedade, são seres humanos e necessitam de tratamento igualitário.

A biblioteca que está inserida no ambiente prisional pode possibilitar aos reclusos a chance de utilizar seu tempo livre desenvolvendo uma atividade de leitura, adquirindo conhecimento, uma experiência de acesso à informação que eventualmente podem não ter tido enquanto viviam em sociedade. Um exemplo de que a biblioteca traz benefícios para o leitor são os casos de dois reclusos da Penitenciária de Florianópolis, atualmente estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina - todo seu estudo foi realizado com os livros que compõem o acervo da biblioteca da unidade prisional em um período em que a biblioteca oferecia de forma mais efetiva seus serviços.

A reestruturação das bibliotecas nas penitenciárias catarinenses como consta no documento de 2010 (Plano Diretor) ainda não foi concretizada e este estudo

demonstrou isso. As bibliotecas, no ano de 2015, não se encontram em pleno funcionamento - quem irá se ocupar e fazer valer estes documentos e todo o aparato legal, como a Lei de Execução Penal, para benefício da sociedade? Isso deve ser da alçada dos bibliotecários e dos estudantes de biblioteconomia, cientes do impacto que organismos como as bibliotecas podem promover na sociedade.

Por fim a pesquisa atingiu os objetivos previstos, ficando como referência para novas pesquisas acadêmicas.

REFERÊNCIAS

ADJORISC. Biblioteca da penitenciária estadual é ampliada. 2010. Disponível em :<<http://www.adjorisc.com.br/educac-o/biblioteca-da-penitenciaria-estadual-e-ampliada-1.530224/comentarios-7.612750#>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 351p.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 248 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 maio 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 7.210**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CABRAL, Maria Raimunda de Lira. **Atuação em bibliotecas prisionais: percepção de formandos em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2010. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CEZÁRIO, Virgínia Helena. **Agentes externos atuando na restrição de novos empreendimentos: projeto de instalação do centro de triagem prisional no município de São Pedro de Alcântara**. 2009. 77 f. Monografia (Especialização em Economia) – Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BRASIL. Cidadania e Justiça. **Acesso à educação**. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/acesso-a-educacao>>. Acesso em: 04 maio 2015.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. Tatuapé: Brasiliense, 1991. 78 p.

CROCETTI, Zeno. **Ética e cidadania**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009. 88 p.

DAMÁZIO, Daiane da Silva. **O sistema prisional no Brasil: problemas e desafios para o Serviço Social**. 2010. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Geografia283197.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

DIAS, Fábio Coelho. A penitenciária de Florianópolis e sua evolução no tempo. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v.13, n. 81, 2010. Disponível em:

<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8454>. Acesso em abr. 2015.

FACHIN, Leila Aparecida. **Economia do crime**: uma análise sobre o perfil do ofertante de drogas recluso no Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara – COPE/SC. 2014. 85 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123810/Monografia%20da%20Leila%20Fachin.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 maio 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed; São Paulo: Bookman, 2009.

GALLO, Sílvio. **Ética e cidadania**: caminhos da filosofia. 15. ed. Campinas: Papirus, 2007. 113 p.

GARCIA, Barbara Cidral de Souza. **Justiça social e igualdade humana**: a questão dos direitos humanos e da segurança pública. 2006. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GELINSKI NETO, Francisco; CEZÁRIO, Virgínia Helena. A atuação dos agentes externos que impediram a instalação do centro de triagem prisional no município de São Pedro de Alcântara. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 4., 2010, Criciúma. **Anais...** Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2010. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20social%20e%20pol%EDticas%20p%FAblicas/A%20atua%E7%E3o%20dos%20agentes%20externos%20que%20impediram%20a%20instala%E7%E3o%20do%20centro%20de%20triagem%20prisional%20no%20munic%EDpio%20de%20S%E3o%20Pedro%20de%20Alc%E2ntara.pdf>. Acesso em 05 maio de 2015.

IBGE. **Estados@**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>>. Acesso em: 04 maio 2015.

IBGE. **Cidades@**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420540&search=santa-catarina|florianopolis>>. Acesso em: 05 maio 2015.

JOHN, V. M. **Palavra da salvação**: as representações da leitura na prisão. 2004. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985. 238 p.

Lima, Renato Sérgio de; Bueno, Samira (Coord.). Anuário brasileiro de segurança pública 2014. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, n. 8, 2014. Disponível em:

<http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCEAP/8o_anuario_brasileiro_de_seguranca_publica.pdf>. Acesso em: 31 maio 2015.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. Biblioteca e cidadania. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, maio 2006.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Atelie, 2002. 116 p.

_____. **O que é biblioteca**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Plano diretor do sistema penitenciário Santa Catarina**. 2010. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/plano-diretor/anexos-plano-diretor/2010pd_sc.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **Direitos humanos e cidadania**. 2014. Disponível em: <<http://www.mpsc.mp.br/areas-de-atuacao/direitos-humanos-e-cidadania>>. Acesso em: 18 maio 2015.

MISSIO, Ligia Inês. **Um recordar positivo**: a criação e a regulamentação da área de preservação cultural (apc-1) do Complexo Penitenciário da Agrônômica. 2014. 129 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

NASCIMENTO, Suélen Pereira Coutinho do. **A remição da pena pela leitura**. São Paulo: JusBrasil, 2013. Disponível em: <<http://antoniopires.jusbrasil.com.br/artigos/121940663/a-remicao-da-pena-pela-leitura>>. Acesso em: 20 abr. 2015

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime. **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 592 p.

PORTAL SANTACATARINA. **Santa Catarina ganha 1 posição no último ranking do PIB estadual e é 7ª colocada**. 2013. Disponível em: <<http://www.portalsobresantacatarina.com.br/economia/santa-catarina-ganha-1-posicao-no-ultimo-ranking-do-pib-estadual-e-e-7o-colocada/>>. Acesso em: 04 maio 2015.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia científica**. Paracambi: FAETEC, 2007. Disponível em: <[http://pesquisaeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/64878127/William Costa Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf](http://pesquisaeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/64878127/William%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf)>. Acesso em: 06 maio 2015.

RUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. 2003. Disponível em: <http://200.17.83.38/portal/upload/com_arquivo/metodologia_de_pesquisa_aplicavel_as_ciencias_sociais.pdf>. Acesso em: 06 maio 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Segurança Pública. **Pelo terceiro ano consecutivo SC registra redução no número de homicídios dolosos**. 2014.

Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/mais-sobre-seguranca-publica/pelo-terceiro-ano-consecutivo-sc-registra-reducao-no-numero-de-homicidios-dolosos>>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. **Redução de homicídio doloso.** 2013. Disponível em: <http://www.ssp.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1136:santa-catarina-fecha-2013-com-reducao-de-546-no-numero-de-homicidios-dolosos&catid=94:novas-noticias-1&Itemid=154>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. **Secretários da Segurança discutem propostas para a redução de crimes violentos.** 2014. Disponível em: <<http://www.ssp.sc.gov.br/index.php>>. Acesso em: 21 maio 2015.

_____. **Segurança pública.** 2012. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/acoes-de-governo-seguranca-publica>>. Acesso em: 04 maio 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Biblioteca da penitenciária estadual é ampliada.** 2010. Disponível em: <<http://www.adjorisc.com.br/educac-o/biblioteca-da-penitenciaria-estadual-e-ampliada-1.530224/comentarios-7.612750#.VX9q4vIViko>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SIEGA, Loreno. Presídio regional recebe melhorias, incluindo biblioteca, novas celas e parlatório da OAB. **Revista Visão**, Lages, 2014. Disponível em: <<http://portal.revistavisao.com.br/post/18107/presidio-regional-recebe-melhorias-incluindo-biblioteca-novas-celas-e-parlatorio-da-oab/>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

SILVA, Luzia Gomes da; CASTRO, Júlio Cezar da Silva. **Dos direitos humanos aos direitos fundamentais no Brasil.** São Paulo: Baraúna, 2011. 361 p.

SILVA NETO, Epitacio Gomes; LEITE, Francisca Chagas Dias. **Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania.** 2011. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) –Universidade Estadual do Piauí, 2011.

TRINDADE, L. L.. **Biblioterapia e as bibliotecas de sistemas prisionais:** conceitos, objetivos e atribuições. 2009. 118f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) Universidade de Brasília - Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Ciência da Informação, Brasília, 2009.

TRISOTTO, Sabrina. **O trabalho prisional como instrumento de reabilitação social:** uma perspectiva crítica. 2005. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VIEIRA, Nleide; BIANCO, Alini. Leitura deixa detentos mais próximos da liberdade. **Gazeta do Paraná**, Cascavel, 2013. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/68565/leitura-deixa-detentos-mais-proximos-da-liberdade>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

UMAÑA, Sandra Araya. **Las representaciones sociales:** ejes teóricos para su discusión. 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/34851985/Araya-Umana-Sandra-Las-representaciones-sociales>>. Acesso em: 10 set. 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013:** mortes matadas por armas de fogo. 2013. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO**A) IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR**

Idade: _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Formação escolar:

() 1º grau incompleto

() 1º grau completo

() 2º grau incompleto

() 2º grau completo

() Superior incompleto. Qual o curso? _____

() Superior completo. Qual o curso? _____

B) ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Atua em qual penitenciária?

() Complexo Penitenciário do Estado (COPE)

() Penitenciária de Florianópolis

Em que ano começou a atuar na biblioteca da penitenciária em questão?

Já havia atuado antes em Biblioteca? () Sim () Não

Se sim, onde? _____

Qual o seu enquadramento funcional?

() Concursado () Terceirizado () Outro. Qual? _____

Qual a jornada diária (horas) e período (matutino, vespertino, noturno) de trabalho? _____

Descreva as atividades que mais ocupam seu tempo na biblioteca:

Descreva as atividades que julga mais importantes em sua função:_____

Quais os serviços que a biblioteca oferece aos reclusos?

Como é adquirido o acervo?

() Compra

() Permuta

() Doação

Observações:

Quais os serviços mais utilizados pelos reclusos

Todos têm acesso à biblioteca? Qual a frequência de uso da biblioteca pelos reclusos?Existem instrumentos para medir a frequência de uso?

APÊNDICE B – IMAGENS

Foto 1–Acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, bairro Agronômica



FONTE: O autor.

Foto 2–Acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, bairro Agronômica



FONTE: O autor.

Foto 3–Acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, bairro Agronômica



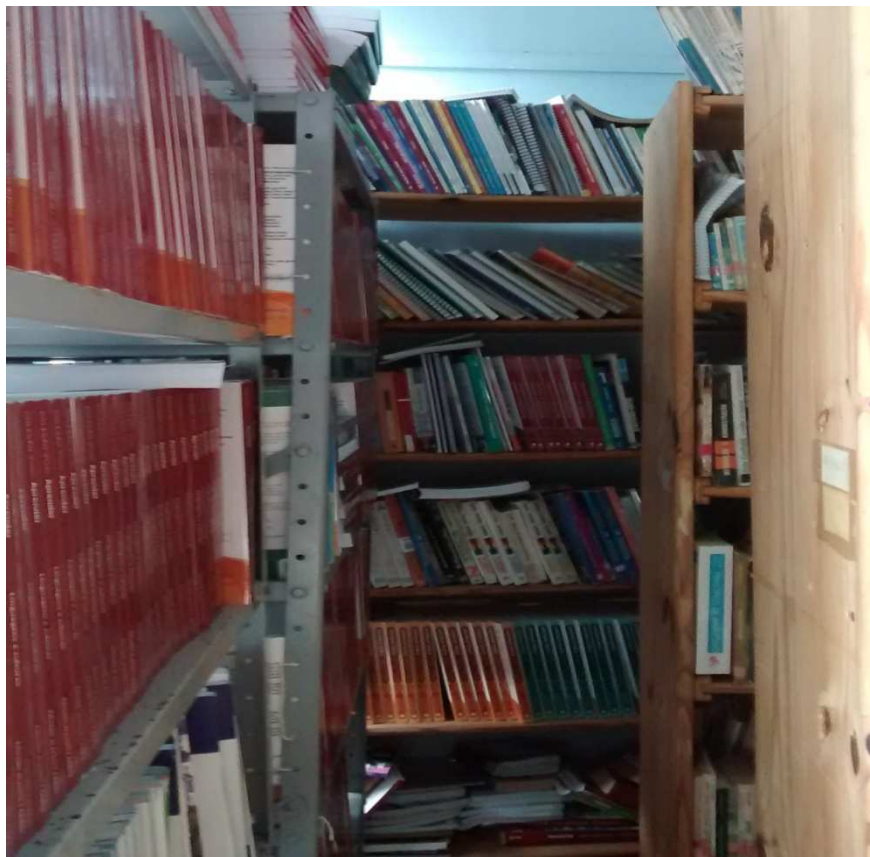
FONTE: O autor.

Foto 4 - Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, bairro Agronômica



FONTE: O autor.

Foto 5 - Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, bairro Agronômica



FONTE: O autor.

Foto 6- Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, bairro Agronômica



FONTE: O autor.

ANEXO A –PLANO DIRETOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

META 16 – BIBLIOTECAS

CRIAÇÃO DE ESPAÇOS LITERÁRIOS E FORMAÇÃO DE ACERVO PARA DISPONIBILIZAÇÃO AOS INTERNOS EM TODOS OS ESTABELECIMENTOS PENAIS.

ACÃO Nº 01		
Criação de um quadro técnico (Recursos Humanos) para operacionalizar as Bibliotecas.		
ETAPAS DA AÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO
1ª ETAPA Seleção de profissionais bibliotecários ou contratação mediante convênios com associações.	Maio/2008	Junho/2008
SITUAÇÃO SETEMBRO/10: Alcançada Atualmente os professores e presos que atuam nos presídios.		

FONTE: Plano Diretor do Estado de Santa Catarina, 2010.

ACÃO Nº 02		
Ativação ou melhoria das Bibliotecas.		
ETAPAS DA AÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO
1ª ETAPA Diagnóstico dos equipamentos (Bibliotecas) disponíveis e dos que devem ser criados.	Junho/2008	Julho/2008
SITUAÇÃO SETEMBRO/10: Não alcançada As unidades sempre realizam melhorias nos locais adaptados.		
2ª ETAPA Implantação das Bibliotecas onde não existem e melhoria dos equipamentos já existentes.	Janeiro/2011	Dezembro/2012
SITUAÇÃO SETEMBRO/10: Prazo alterado Projetos salas de leitura, em parceria com a Secretaria de Educação, inclusive com a compra de livros. Para 2011/2012.		

FONTE: Plano Diretor do Estado de Santa Catarina, 2010.

ACÇÃO Nº 03		
Melhoria e disponibilização do acervo.		
ETAPAS DA ACÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO
1ª ETAPA Melhoria do acervo, através de doações e aquisições.	Setembro/2008	Permanente
SITUAÇÃO SETEMBRO/10: Permanente – em andamento		
2ª ETAPA Tratamento técnico do acervo (catalogação, distribuição nas prateleiras...).	Novembro/2008	Permanente
SITUAÇÃO SETEMBRO/10: Permanente – em andamento		
3ª ETAPA Cadastramento dos usuários (presos).	Janeiro/2009	Permanente
SITUAÇÃO SETEMBRO/10: Permanente – em andamento		

FONTE: Plano Diretor do Estado de Santa Catarina, 2010.

Sempre que solicitado, são emprestados os livros, através de controle interno.

ACÇÃO Nº 04		
Funcionamento da Biblioteca.		
ETAPAS DA ACÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO
1ª ETAPA Treinamento dos Recursos Humanos que irão trabalhar na Biblioteca.	Março/2009	Abril/2009
SITUAÇÃO SETEMBRO/10: Não alcançada - inviabilizada Os professores trabalham na biblioteca e não passaram por treinamento.		
2ª ETAPA O pleno funcionamento das Bibliotecas, contribuindo para aumentar o grau de escolaridade dos presos e colaborando na paz das Unidades Prisionais.	Maio/2009	Permanente
SITUAÇÃO SETEMBRO/10: Permanente – em andamento		

FONTE: Plano Diretor do Estado de Santa Catarina, 2010.